adunicamp

Campinas, 14 de junho de 1983.

DECISÕES DA ASSEMBLÉIA

A Assembléia Geral da ADUNICAMP, reunida em 14.06.83 avaliou o movimento de paralização do funcionalismo público e decidiu:

1 - Aprovar a realização de uma nova Assembléia dia 16.06.83 para reavaliar o movimento e tomar novas decisões.
2 - Serão Normais as atividades nos dias 15 e 16 sendo feito um esforço concentrado no sentido de realizar uma assembléia expressiva no dia 16.
3 - Considerar que a campanha salarial de 1983 não está encerrada. Nesse sentido ficou aprovado a luta por um novo reajuste em setembro, ou pelo menos um abono incorporado aos salários, caso até lá não se tenha obtido o reajuste pleiteado pela categoria.
4 - Articular com todos os funcionários públicos (municipais, estaduais e federais), como os sindicatos e as associações de classe uma campanha centrada nos seguintes eixos:
   - luta contra o pacote econômico e a política recessiva
   - luta contra o arrocho salarial
   - luta contra a expropriação da moradia (os 130% de aumento do BNH).

Essa campanha poderá permitir ao funcionalismo público sair do isolamento político e unificar sua luta com as lutas do conjunto da população.

5. Aprovar a moção (em anexo) enviado-a ao governador e divulgando-a na categoria e na imprensa.

ASSEMBLÉIA GERAL - 16.06.83 — 10 às 13 HS

Campanha salarial

REUNIÃO NA SEDE DA ADUNICAMP SOBRE O PROBLEMA DO AUMENTO DO BNH.
PRÓXIMA 3ª FEIRA - DIA 21/06/83 - ÀS 11:00 HORAS.

---

ensino público e gratuito: direito de todos, dever do estado.

REAJUSTE DO FUNCIONALISMO: A DIGNIDADE DE PROTESTAR E A NECESSIDADE DE REIVINDICAR.

As razões de Estado, amplamente divulgadas, para explicar o ridículo reajuste a ser concedido ao funcionalismo, procuram convencer o mesmo da inviabilidade de um aumento maior. Os números são enunciados rapidamente e de memória, o que impressiona os ouvintes mais crédulos ou mais ingênuos. Entretanto, os números se referem a problemas específicos que poderiam e deveriam ser aprofundados. Quando se fala em bilhões que não podem ser pagos ao funcionalismo, não está se tratando dos mesmos bilhões que são devidos para a construção de cinco usinas para gerar eletricidade, por exemplo. No primeiro caso, trata-se de uma injustiça que está sendo feita a pessoas que trabalham no e para o Estado, e, portanto, indispensáveis para a economia desse mesmo Estado. No entanto, estão sendo tratados indiferentemente, como números. Achatar o seu salário significa provocar um rebaixamneto no seu nível de vida, mas isso para os técnicos do governo parece ser apenas um número que eles fixaram e negam-se a discutir. Ora, os números são mais do que números, embora os anuários estatísticos pareçam dizer o contrário. Por exemplo, seria interessante parar para pensar no número 54,8 que é a estimativa da esperança de vida ao nascer para quem ganha até um salário mínimo e para o número 69,6 que é a estimativa de esperança de vida ao nascer para quem ganha mais de 5 salários mínimos, segundo o anuário Estatístico do IBGE de 1981. Quinze anos de vida é o que custa a diferença entre um e cinco salários mínimos e todo achatamento salarial deve ter repercussões desse tipo, além de mudar o anuário do IBGE, é óbvio.

Já foi dito, que nós estávamos elegendo os administradores da crise. Entretanto o que não se podia imaginar, é que esses mesmos administradores, fossem tão longe na sua tarefa, esquecendo as promessas da campanha eleitoral, quando tentam convencer o funcionalismo da justiça e inevitabilidade de suas decisões - e tentam convencer seus eleitores de que qualquer semelhança com o governo anterior é mera coincidência, buscando, na verdade, um concenso em torno de suas decisões- hoje técnicas e não, como ontem, autoritárias. Um técnico, e competente, afinal, para eles, não teria ideologia. E, caso tenha, no presente, não seria hostil em relação ao fincionalismo, nem supõe-se, em relação aos trabalhadores em geral. Esse equívoco está ligado à dominação tecnocrática da sociedade brasileira , e um governo por ser de oposição não está isento desse fato, como os pronunciamentos e a forma de atuação do governo atual vêm demonstrando. As massas foram chamadas para votar, foi-lhes prometida participação e agora, elas não devem se despolitizar, mas sim discutir, o orçamento e não acreditar cegamente nos técnicos recém-empossados.

O fato de que o país atravessa uma crise— da qual o povo não é responsável— é inegável. O fato de que o governo estadual tenha encontrado uma situação relativamente difícil—talvez seja inegável. Agora, que sejam os funcionários públicos os primeiros a socorrer o Estado, é discutível. Embora sem os conhecimentos econômicos e técnicos supostos como indispensáveis, não é difícil imaginar que vários outros interesses disputam as benesses do Estado, além do funcionalismo, que reivindica apenas o que lhe é devido. Entretanto, é este o único que está reclamando, mesmo que timidamente. Até agora não se viu a penalização dos industriais, por exemplo. Tampouco dos altos escalões do governo, ou mesmo dos salários e aposentadorias dos deputados e vereadores.

Esta não é a primeira vez em que se muda em relação ao que se dizia antes de assumir o poder e ao que se diz e se faz depois de assumir o poder. Até que ponto o governo estadual de oposição vai se assemelhar ao governo federal em sua política efetiva, e não verbal?

O fato de técnicos de "oposição" terem assumido o poder não signi - fica que o Estado tenha chegado à Idade da Razão, mas sim que tal - vez eles saibam traduzir mais convincentemente, respaldados pela e- leição de seus chefes, para aqueles que ainda podem ser convencidos, quais são as razões de Estado. Frente a estas, dadas as condições em que foi colocado o chamado diálogo, resta a dignidade de protestar : nós não estamos convencidos e mais, não queremos ser convencidos.Tra balhamos e esse trabalho deve ser pago. Mais uma vez, a socialização é dos prejuízos, e não há dsicurso que convença àqueles que há anos vêm pagando por crimes que não cometeram. Se o funcionalismo e os ou tros trabalhadores tiverem que se submeter ao agravamento das duras condições de vida em que já se encontram, será certamente, sem perder a dignidade de protestar.

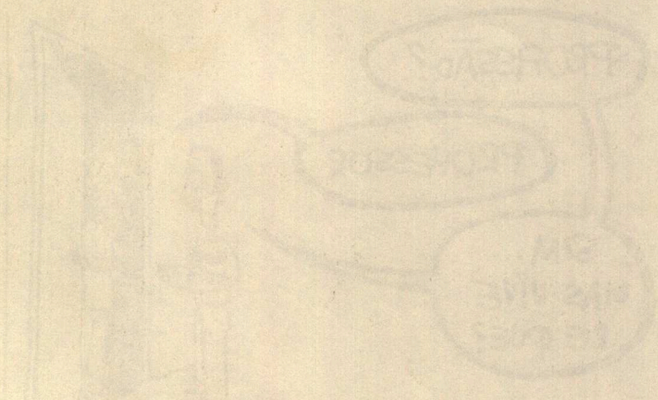
Cabe pois cobrar energicamente do governo do Estado de São Paulo uma posição aberta em relação a uma política salarial definitiva que tra duza na prática os compromissos assumidos na campanha eleitoral de reversão da tendência de deterioração dos vencimentos do funcionalis mo público do Estado de São Paulo.Para tanto reivindicamos a abertu ra efetiva e imediata de negociações, através de canais efetivos de participação do funcionalismo na definição do orçamento do Estado e demais decisões políticas.

CAMPINAS,14 de junho de 1983.

Campanha salarial 83

ASSEMBLÉIA GERAL

COMPAREÇA!

associação de docentes da universidade estadual de campinas

caixa postal 6.158 - cidade universitária - telefone (0192) 39-1148 - 13.100 - campinas - s. p.